



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXIX Nº 009 QUARTA-FEIRA, 9 DE ABRIL DE 2014



BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)

1º Vice-Presidente

Deputado Andre Vargas (PT/PR)

2º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

1º Secretário

Deputado Marcio Bittar (PSDB/AC)

2º Secretária

Senadora Angela Portela (PT/RR)

3º Secretário

Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL)

4º Secretário

Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)

Mesa do Senado Federal

Presidente

Renan Calheiros (PMDB/AL)

1º Vice-Presidente

Jorge Viana (PT/AC)

2º Vice-Presidente

Romero Jucá (PMDB/RR)

1º Secretário

Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

2ª Secretária

Angela Portela (PT/RR)

3º Secretário

Ciro Nogueira (PP/PI)

4º Secretário

João Vicente Claudino (PTB/PI)

Suplentes de Secretário

1º - Magno Malta (PR/ES)

2º - Jayme Campos (DEM/MT)

3º - João Durval (PDT/BA)

4º - Casildo Maldaner (PMDB/SC)

Mesa da Câmara dos Deputados

Presidente

Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)

1º Vice-Presidente

Andre Vargas (PT/PR)

2º Vice-Presidente

Fábio Faria (PSD/RN)

1º Secretário

Marcio Bittar (PSDB/AC)

2º Secretário

Simão Sessim (PP/RJ)

3º Secretário

Maurício Quintella Lessa (PR/AL)

4º Secretário

Biffi (PT/MS)

Suplentes de Secretário

1º - Gonzaga Patriota (PSB/PE)

2º - Wolney Queiroz (PDT/PE)

3º - Vitor Penido (DEM/MG)

4º - Takayama (PSC/PR)

EXPEDIENTE

Antônio Helder Medeiros Rebouças

Diretor Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de
Plenários e de Elaboração de Diários

Zuleide Spinola Costa da Cunha

Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de
Debates Legislativos

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 9ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 8 DE ABRIL DE 2014.....	4
1.1 – ABERTURA.....	4
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar os vinte e cinco anos do Superior Tribunal de Justiça – STJ.....	4
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	
1.2.2 – Fala do Presidente da Câmara dos Deputados (Deputado Henrique Eduardo Alves).....	4
1.2.3 – Fala do Presidente do Congresso Nacional (Senador Renan Calheiros).....	5
1.2.4 – Oradores	
Senador Eunício Oliveira	6
Deputado Sandro Mabel.....	8
Sr. Felix Fischer, Presidente do Superior Tribunal de Justiça	9
Senador Rodrigo Rollemberg.....	10
Deputado Rubens Bueno	11
Senadora Ana Amélia.....	12
Senador Flexa Ribeiro (art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum).....	13
1.3 – ENCERRAMENTO.....	13
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
2 – COMISSÕES MISTAS	
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	14
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	20
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	24
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	25
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	26
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014).....	27
Comissões Mistas Especiais.....	28
3 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	32
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	33
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/ 2011).....	37

Ata da 9ª Sessão Conjunta, Solene, em 8 de abril de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros

(Inicia-se a sessão às 12 horas e 9 minutos e encerra-se às 13 horas e 19 minutos no Plenário do Senado Federal.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar os 25 anos de criação do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Eu já tenho a honra de compor a Mesa juntamente com o Presidente da Câmara dos Deputados, Exmo. Sr. Deputado Federal Henrique Eduardo Alves, e com o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Exmo. Sr. Ministro Felix Fisher.

Eu tenho a honra de convidar para compor a Mesa o primeiro signatário da sessão pelo Senado Federal, Exmo. Senador Eunício Oliveira, que nesta Casa é Líder da bancada do PMDB e da Maioria. *(Pausa.)* Tenho a honra de convidar para compor a Mesa o primeiro signatário da sessão na Câmara dos Deputados, Exmo. Deputado Federal Sr. Sandro Mabel. *(Pausa.)* Convido também, com muita satisfação, para compor a Mesa o Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Exmo. Sr. Ministro Gilson Dipp.

Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves.

O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES (PMDB-RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros; Exmo. Primeiro Signatário desta Sessão, Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB; Exmo. Primeiro Signatário pela Câmara dos Deputados, Deputado Federal Sandro Mabel; Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Exmo. Sr. Felix Fischer, muito nos honra a sua presença nesta data e nesta oportunidade em nossa Casa; Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Exmo. Sr. Ministro Gilson Dipp; Ministros do Superior Tribunal de Justiça Benedito Gonçalves, Herman Benjamin, Humberto Martins, Néfi Cordeiro, Sidnei Beneti; Desembargadora convocada do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Exma. Sra. Marilza Maynard; Secretária-Geral do Superior Tribunal de Justiça, Sra. Tâmara de Azevedo Severo Alves Dias; Diretor-Geral do Superior Tribunal de Justiça, Sr. Mauricio Antonio Carvalho; Exmos. Sras. e Srs. Ministros, convidados, demais autoridades; minhas senhoras e meus senhores, Deputados, Senadores.

É com grande satisfação que tomamos a palavra, em nome da Câmara dos Deputados, para homenagear, nesta Sessão Solene Conjunta do Congresso Nacional, os 25 anos de criação do Superior Tribunal de Justiça. Presidente Fischer, foi uma bela sessão ontem, lá no Superior Tribunal de Justiça, a que comparamos, com muita honra, em nome da Câmara dos Deputados.

Criado em 7 de abril de 1989, em obediência à Constituição de 1988, o STJ nasceu com a missão de uniformizar a jurisprudência infraconstitucional, tanto no âmbito da justiça federal quanto no âmbito da justiça estadual. Competência até então reservada à suprema corte do País – o Supremo Tribunal Federal –, a uniformização da exegese legal, agora a cargo de nova corte superior, vinha ao encontro de antiga necessidade do Poder Judiciário, no tocante à distribuição de atribuições entre as diversas instâncias e especialidades.

De fato, ao extinto Tribunal Federal de Recursos, cabia apenas e tão somente o julgamento em segunda instância das causas que envolvessem interesse da União ou autoridade federal. Com isso, a imensa tarefa de uniformizar a interpretação relativa à legislação infraconstitucional ficava reservada ao STF. Por tais razões, ambos os tribunais se encontravam à beira do colapso, recebendo um volume de processos muito superior ao que seus Ministros, ainda que em jornadas exaustivas, conseguiam julgar.

O advento do STJ, nitidamente uma corte de uniformização e não uma corte de apelação, conferiu nova feição ao Poder Judiciário brasileiro, apeoximando-o do modelo bem-sucedido em tantos outros países do

mundo ocidental. Agora, é de sua competência o julgamento de questões que envolvam a aplicação de lei federal e a divergência na jurisprudência emanada dos tribunais inferiores, em se tratando de matéria federal.

Por essa razão, meus senhores, minhas senhoras, não hesitamos em afirmar que o Tribunal da Cidadania, como foi qualificado, foi a face mais proveitosa da grande reformulação judiciária trazida pela Carta de 88, da qual nós participamos, pois que julga causas que dizem respeito diretamente ao cidadão. E não só por isso: neste jubileu, o STJ orgulha-se de ter julgado cerca de 4,5 milhões de processos – 4,5 milhões de processos! –, tendo editado 510 súmulas. Por meio delas, não apenas questões processuais, mas também questões cotidianas, como o homem aposentado, de maneira muito clara e significativa, como aluguel, pensão ou serviços prestados pelos planos de saúde vêm sendo disciplinadas pelo STJ, com base na consolidação do entendimento e da mais apurada interpretação legal.

Nobres Senadores e Deputados, homenageando hoje os 33 Ministros em atividade, na pessoa do Exmo. Sr. Ministro Presidente Felix Fischer, fazemos questão de homenagear os Ministros antecedentes, em especial aqueles que participaram da primeira composição do STJ, em 1989. A partir dali, e em ambiente tão favorável, construiu-se e se mantém uma tradição de trabalho, dedicação e competência que honra a Constituição, o Estado e a Nação brasileira.

Ainda acrescento, em nome da Câmara dos Deputados, Presidente Fischer, a nossa alegria e o nosso aplauso à sua gestão correta, republicana, transparente, competente. Este testemunho eu faço questão de dar em nome da Câmara dos Deputados do Brasil.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves; Exmo. Sr. Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Felix Fischer; Exmo. Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Gilson Dipp; primeiro signatário da sessão de homenagem no Senado Federal, Exmo. Senador Eunício Oliveira; primeiro signatário da sessão de homenagem na Câmara dos Deputados, Exmo. Deputado Sandro Mabel, eu quero, ao cumprimentar o Senador Eunício Oliveira, cumprimentar todos os Senadores e, ao cumprimentar o Deputado Sandro Mabel, todos os Deputados Federais presentes nesta sessão de homenagem.

Cumprimento também os Exmos. Srs. Ministros do Superior Tribunal de Justiça Benedito Gonçalves, Herman Benjamin, Humberto Martins, Néfi Cordeiro, Raul Araújo, Sérgio Kukina, Sidnei Beneti e Marilza Maynard, Desembargadora convocada do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe para o Superior Tribunal de Justiça.

Cumprimento ainda os Exmos. Srs. Ministros do Superior Tribunal de Justiça Vicente Leal de Araújo, do período de 1994 a 2004, e Washington Bolívar de Brito, do período de 1988 a 1991; o Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, Desembargador José Carlos Malta Marques, em nome de quem cumprimento todos os Presidentes de Tribunais de Justiça presentes ao Senado Federal nesta homenagem; o Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil, Exmo. Sr. Nino Oliveira Toldo; o Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Exmo. Sr. Paulo Luiz Schmidt, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores.

O Congresso Nacional se reúne, neste momento, em Sessão Solene, para homenagear o Superior Tribunal de Justiça (STJ) pelos seus 25 anos existência.

A criação do STJ foi uma das mais impactantes inovações da Constituição de 1988 sobre a estrutura do Judiciário brasileiro, a fim de tornar-se a Corte responsável por uniformizar a interpretação das normas infraconstitucionais em todo o País.

Herdeiro das tradições do antigo Tribunal Federal de Recursos, Corte que era responsável pelas competências de apelação da Justiça Federal, o STJ nasceu com uma missão muito maior: a de servir à guarda do ordenamento jurídico infraconstitucional brasileiro.

Esse desafio veio a viabilizar o redesenho da própria Suprema Corte, fato de que poucos, muito poucos mesmo, se recordam.

Isso, porque finalmente foi possível ao Supremo Tribunal Federal dedicar-se plena e preferencialmente à missão de constitucionalidade, aliviando-se do ônus da revisão da jurisprudência infraconstitucional.

Desde então o Superior Tribunal de Justiça concretiza, por assim dizer, um dos núcleos essenciais do nosso ordenamento jurídico e, mais ainda, o Colegiado ao qual coube estabelecer um grau cada vez maior de uniformidade na interpretação da lei. Por essa via, o STJ elevou o patamar, sem dúvida, de segurança jurídica no País.

Passados 25 anos de sua instalação, o Superior Tribunal de Justiça apresenta um invejável desempenho também no que diz respeito aos critérios de produtividade.

Próximo de atingir a incrível marca de 4 milhões de julgados, o Tribunal sempre investiu seus recursos no aprimoramento de um competente quadro de servidores e, da mesma forma, na modernização administrativa.

Provavelmente por isso, é tida por todos os especialistas como a Corte que mais profundamente se envolveu com a utilização de novas tecnologias e, por isso mesmo, alcançou melhores resultados na adoção do processo judicial eletrônico.

Corte jovem, de fato, mas já consagrada pelo excepcional retrospecto de serviços prestados ao Brasil e ao seu Poder Judiciário. O STJ constitui hoje, sem qualquer dúvida, motivo de legítimo orgulho por parte do povo brasileiro. (*Palmas.*)

É, portanto, com grande honra que o Congresso Nacional se reúne para homenagear o Superior Tribunal de Justiça, no concurso de seus 25 anos de instalação, por força de solicitação feita por S.Exas. o Senador Eunício Oliveira e o Deputado Sandro Mabel.

Agradeço, desde já, em nome do Parlamento brasileiro, em nome do Senado Federal, o que o Presidente da Câmara dos Deputados já o fez em nome da Câmara dos Deputados, a presença dos nossos ilustres convidados, na pessoa do seu Presidente, o Ministro Felix Fischer.

Os senhores tenham a certeza absoluta de que o Congresso Nacional, por meio de suas duas Casas aqui representadas, estará sempre à disposição do Poder Judiciário para dotá-lo de instrumentos mais ágeis para o funcionamento da Justiça brasileira.

Nesse sentido é que o Senado recebeu, há pouco, o texto do Código de Processo Civil revisado pela Câmara dos Deputados, ao qual, já disse e queria aproveitar a oportunidade para repetir, daremos máxima celeridade, para entregar ainda este ano uma nova lei processual mais ágil e mais eficiente.

Na mesma linha estão os novos Códigos de Processo Penal e de Defesa do Consumidor, assim como a nova Lei de Execuções Penais, três importantes conquistas para a sociedade brasileira, elaboradas por comissões de notáveis juristas convidados pelo Senado Federal, que contou com participações destacadas de Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Ao ler essa relação de iniciativas legislativas que objetivam a revisão das nossas leis e de nossos códigos, eu queria dizer também que, com muita satisfação, nós instalamos aqui no Senado Federal uma Comissão que propôs a revisão da Lei de Arbitragem. Já aprovamos essa revisão no Senado Federal e está tramitando na Câmara dos Deputados. E, de maneira inédita, nós aprovamos a Lei de Mediação, que também está tramitando na Câmara dos Deputados.

Eu tenho a absoluta convicção de que será um caminho seguro para que nós possamos, no futuro, desafogar o Judiciário brasileiro.

É esse empenho, Ministro Humberto Martins, que caracteriza o compromisso do Congresso Nacional com o Judiciário brasileiro, com o qual o STJ vem contando nos últimos 25 anos e poderá continuar contando pelos anos vindouros.

Muito obrigado.

Era isso o que, inicialmente, eu tinha a dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Eunício Oliveira, requerente da homenagem pelo Senado Federal.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros; Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, meu companheiro Henrique Eduardo Alves; primeiro signatário na Câmara dos Deputados, Deputado Sandro Mabel; Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Exmo. Sr. Ministro Felix Fischer; Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que deu a sua participação e uma grande contribuição quando presidiu aqui a Comissão de juristas, encaminhado ao Senado Federal, Exmo. Sr. Gilson Dipp; Ministro Benedito Gonçalves; Ministro Herman Benjamin; Ministro Humberto Martins, que aniversaria no dia de hoje (*palmas*); Ministro Néfi Cordeiro, meu conterrâneo; Ministro Raul Araújo; Ministro Sérgio Kukina; Ministro Sidnei Beneti; Desembargadora convocada do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Exma. Sra. Marilza Maynard; ex-Ministros Vicente Leal de Araújo e Washington Bolívar de Brito; Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, Exmo. Sr. José Carlos Malta Marques; Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil, Exmo. Sr. Nino Oliveira Toldo; Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA, Exmo. Sr. Paulo Luiz Schmidt; conselheiros e ex-conselheiros do CNJ presentes aqui; Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores; convidados que acompanham esta sessão, que marca os 25 anos de instalação do Superior Tribunal Justiça.

Temos aqui hoje um momento especial e edificante para o Congresso Nacional, o Poder Judiciário e a sociedade brasileira. O jubileu de prata do STJ traduz o amadurecimento e a robustez da nossa democracia, democracia essa conquistada com a mobilização de diferentes segmentos sociais, canalizados para a Assembleia Nacional Constituinte.

Democracia que tem como marco a promulgação da Constituição Federal de 1988, que decretou definitivamente o fim do regime autoritário e reconciliou o Brasil com o Estado Democrático de Direito.

Foi justamente com a nova Carta Magna que nasceu o STJ, decorrente da necessidade – e com a enorme responsabilidade – de uniformizar a jurisprudência infraconstitucional, tanto no contexto da Justiça Federal quanto da Justiça dos Estados.

Ao longo desse processo, o STJ conquistou deveres que o tornaram um Tribunal Superior com atribuições relacionadas diretamente ao cotidiano do cidadão, com causas que vão desde o direito do consumidor a questões ambientais, Ministro Benjamin, passando por temas igualmente fundamentais, como saúde, educação, transporte e previdência social.

É nele que deságuam os conflitos nos quais não esteja envolvida a norma constitucional.

Não é por acaso, portanto, que o STJ é conhecido como o Tribunal da Cidadania.

Senhoras e senhores, neste momento de comemoração, é imprescindível destacar não só o acerto dos Constituintes ao criar o STJ, mas também o papel daqueles que estiveram diretamente envolvidos no processo de reorganização do nosso Judiciário.

O STJ começou a ser concebido graças a uma iniciativa do então Ministro Evandro Gueiros Leite, Presidente do Tribunal Federal de Recursos à época da Assembleia Nacional Constituinte.

Foi o Ministro quem designou uma comissão de Ministros do TFR para apresentarem aos Constituintes sugestões sobre a reorganização do judiciário. Por dever histórico, é importante lembrar que dela participaram os Ministros Antônio de Pádua Ribeiro, Cid Flaquer Scartezini, Nilson Naves, Eduardo Ribeiro, Carlos Thibau, Ilmar Galvão e outros.

Foi o trabalho daquela comissão que sensibilizou os Constituintes de 88 sobre a necessidade de o Brasil ter outro Tribunal Superior para integrar e uniformizar a interpretação das leis federais, uma vez que o Supremo Tribunal Federal e o TFR estavam sobrecarregados, já sofrendo deste que parece ser um problema crônico da Justiça. Proposta aceita e aprovada, nascia, sob a presidência do próprio Ministro Evandro, o Superior Tribunal de Justiça.

Lembro também que coube ao então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Néri da Silveira, convocar a sessão de instalação do STJ, no dia 7 de abril de 1989, exatamente quando o Brasil travava diversas batalhas contra a inflação e se preparava para a sua primeira eleição presidencial direta depois de muitos anos.

Nesse cenário, o STJ deu decisiva contribuição à harmonia do poder judiciário na solução de controvérsias e no acompanhamento das transformações pelas quais passava o nosso País.

Sr. Presidente, como Senador pelo Ceará, não poderia aqui deixar de lembrar de um ilustre cearense que, como Presidente do STJ, engrandeceu o nosso Estado e a magistratura. Refiro-me ao ilustre Ministro Francisco Cesar Asfor Rocha. (*Palmas.*)

Asfor Rocha aposentou-se do Superior Tribunal de Justiça em 2012, depois de 20 anos, em nome do qual saúdo a todos os demais Presidentes daquela Corte.

Nomeado aos 44 anos, foi um dos mais jovens magistrados do STJ. Quando presidiu o “Tribunal da Cidadania”, definiu como prioridades a modernização da estrutura, a racionalização das condutas e a agilização dos julgamentos.

Sob o seu comando, o STJ entrou definitivamente na era digital, disponibilizou novos serviços e incrementou a integração com organismos internacionais.

O Banco Mundial incluiu o projeto no seu programa de ação e aprendizagem sobre transparência judicial e responsabilidade. A iniciativa também foi reconhecida no final de 2009 com o Prêmio Innovare, que consagra as melhores práticas jurídico-administrativas no âmbito do Judiciário brasileiro.

Asfor Rocha foi o único Ministro da história do STJ que ocupou todos os cargos destinados aos membros do tribunal.

Para concluir, Sr. Presidente, meu caro Ministro Felix Fischer, reafirmo: a criação STJ, assim como o empenho dos seus Presidentes, obviamente que na atualidade presidido por V.Exa., transformaram o cidadão em personagem principal da aplicação das leis, como preceitua a Constituição de 1988, servindo para aproximar o Judiciário das demandas da sociedade. Caminho que teve reflexos na eficácia do Tribunal e contribuiu para a modernização dos serviços que presta à população – e que podem ser medidos pela produção do STJ, que chega aos seus 25 anos com mais de 4,5 milhões de processos julgados.

Presidente Felix Fischer, claro está que é no Superior Tribunal de Justiça que a sociedade busca soluções e justiça para as suas causas.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB) – Concedo a palavra ao Deputado Sandro Mabel.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar o Sr. Presidente do Senado Federal, Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Exmo. Sr. Deputado Henrique Eduardo Alves; primeiro signatário desta sessão no Senado Federal, Senador Eunício Oliveira, um parceiro importante para a realização desta sessão, uma sessão importante não só para o Senado e a Câmara, como também para todo o País; Sr. Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Exmo. Sr. Felix Fischer; Exmo. Sr. Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Gilson Dipp; Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Herman Benjamin, Humberto Martins – que aproveito para parabenizar pelo seu aniversário no dia de hoje –, Néfi Cordeiro, Raul Araújo, Sérgio Kukina, Sidnei Beneti; Exma. Sra. Desembargadora Marilza Maynard, do nosso querido Estado de Sergipe; Exmos. ex-Ministros do Superior Tribunal de Justiça Vicente Leal Araújo e Washington Bolívar de Brito; Sr. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, Exmo. Sr. José Carlos Malta Marques e, na sua pessoa, todos os Presidentes de Tribunais; Sr. Presidente da Associação dos Juizes Federais, Sr. Nino Oliveira Toldo; Sr. Presidente da ANAMATRA, Paulo Luiz Schmidt, com o qual temos tido grandes debates importantes; Srs. Conselheiros do CNJ; Sr. Presidente do meu partido, o PMDB, Senador Valdir Raupp – quero dizer da nossa alegria de poder ter sido signatário pela Câmara –, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, senhoras, senhores e demais autoridades, é com grande satisfação e entusiasmo que estou aqui hoje para falar dos 25 anos da instalação do Superior Tribunal de Justiça.

Fruto de debates políticos e acadêmicos que tomaram o século XX e tiveram como auge a Carta Magna, a Corte acumula razões para comemorar esse um quarto de século.

Conhecido por ser o “Tribunal da Cidadania”, o STJ vem fazendo diferença na história do nosso País. Descendente direto dos tribunais federais de recursos, dotado da missão de atuar na instância superior da Justiça Federal, o STJ começou a funcionar em abril de 1989 e, nesses anos de existência, viu o seu número de julgados crescer exponencialmente. Atualmente a Corte já ultrapassa a casa dos 4,5 milhões de julgados.

É com muita competência, persistência e rigor que nossos Ministros e Ministras atuam no julgado de processos infraconstitucionais, não relacionados diretamente à Constituição. Acredito que isso torna o STJ tão respeitado, não só por todos os advogados, mas principalmente admirado pela sociedade. Tudo isso é fruto de muito trabalho de todos os Presidentes e Ministros que por ali passaram, hoje aqui representados pelo Ministro Felix Fisher.

Além disso, temos que ressaltar a importância das mulheres nesses 25 anos de trajetória. As Ministras mostram igualdade, competência e paixão pelo que fazem, ganhando, cada dia mais, respeito e admiração de todos.

E por falar em admiração, meus amigos, no momento em que todo o Judiciário começa a adotar a tecnologia como ferramenta para o aprimoramento da prestação jurisdicional, o Superior Tribunal de Justiça desponta como uma das principais referências no assunto, graças ao seu competente quadro de servidores e a determinação dos Srs. e das Sras. Ministras.

Foi o primeiro Tribunal a implantar a digitalização dos processos e tem um papel fundamental na disseminação dessa tecnologia, seja com a jurisprudência sobre a legislação aplicável, seja como modelo de implantação de processo eletrônico, mas os desafios não param por aí.

O Tribunal precisa da aprovação de uma PEC importante, além das modificações do Código Civil e do Código Penal, Sr. Presidente Renan Calheiros e Sr. Presidente Henrique Eduardo Alves. Uma PEC proposta pelo nosso Deputado, entre vários Deputados, encabeçada pelo Deputado Luiz Pitiman, que é a PEC 209.

A PEC 209, de 2012, da qual sou Relator, uma PEC que cuida da relevância da questão federal, assemelha-se à repercussão geral, aplicada aos recursos endereçados ao Supremo Tribunal Federal. É um mecanismo processual capaz de aliviar o grande volume de processos que chega ao Supremo Tribunal de Justiça, sem, contudo, prejudicar o direito de defesa das partes e o acesso à Justiça.

Hoje ser Ministro não é brincadeira. Eu costumo dizer que aquele é um lugar onde o serviço nunca vai acabar. É impressionante a quantidade de julgamentos, o trabalho. Eu vejo Ministros saírem com processos para a casa, e final de semana, naquela luta toda para manter esses processos julgados.

Isso mostra uma coisa importante, Ministro Dipp, Ministro Felix Fischer: o Tribunal tem credibilidade, e as pessoas cada vez mais recorrem a ele. Isso é muito importante, porque, se não a tivessem, se assim não fosse, certamente não haveria processos, não se recorreria a esse Tribunal.

A PEC obriga a parte que pretende recorrer ao STJ a demonstrar a importância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso. Ora, a intenção é desafogar o Judiciário e aliviar o STJ de não julgar, como Tribunal Superior, processos que normalmente não deveriam chegar até lá, valorizar os julgamentos das instâncias inferiores e cumprir seu objetivo constitucional, que é uniformizar a interpretação da lei federal.

Acredito que essa é uma forma de fazer com que o nosso Poder Judiciário seja mais célere e respeitado pela sociedade. Tenho certeza que esse será um ponto importante para o desenvolvimento do País. Sei que juntos podemos fazer uma política honesta.

Presidente Renan Calheiros, Presidente Henrique Eduardo Alves, nós estamos finalizando os trabalhos na Comissão da PEC 209, com advogados, com vários Ministros do Superior Tribunal de Justiça, que têm ajudado, o empenho do Presidente Felix Fischer, do Vice-Presidente Gilson Dipp, para que esta PEC possa ser votada ainda este semestre na Câmara dos Deputados. Então, acredito que será muito importante para o nosso Tribunal.

Portanto, mais uma vez, eu gostaria de parabenizar todos os Ministros e Ministras do STJ pela seriedade, firmeza e dinâmica com que a Corte é conduzida.

Quero agradecer, sobretudo, a atenção. Apesar dessa sobrecarga, eu vejo os Deputados sempre elogiarem o carinho, a atenção que os Srs. Ministros e as Sras. Ministras têm dado às questões que, muitas vezes, precisam de uma audiência, de alguma coisa, e têm sido atendidos. Então, muito obrigado aos Srs. Ministros em nome do nosso Parlamento também.

Parabéns, Presidente Felix Fischer, por todo o trabalho e por toda a dedicação de todos os Ministros que aqui são representados pela sua figura à frente desse Tribunal, e pela sua determinação em relação a essa PEC 209.

E quero me colocar sempre à disposição desses Tribunais, onde eu, o Presidente Henrique e muitos Deputados temos, ao longo de muito anos, e já estou aqui há 20 anos, nos dedicado, para que, cada vez mais, possamos instrumentalizar a Justiça, na criação de novas Varas, quer seja nos Estados, para ampliarmos a condição de o Tribunal fazer o seu trabalho. Enfim, facilitar a vida de quem ajuda a facilitar a vida daqueles que recorrem a esse Tribunal.

Por isso, aqui fica a nossa disposição, a nossa vontade, a determinação do nosso Presidente Henrique Eduardo Alves e do nosso Presidente Renan Calheiros, que sempre foi: *“Olhem para o Judiciário, porque um Judiciário forte é um Judiciário importante para o nosso País.”*

Deus abençoe todos vocês e o nosso STJ também.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedemos a palavra ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Exmo. Sr. Ministro Felix Fischer.

O SR. MINISTRO FELIX FISCHER – Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional; Exmo. Sr. Deputado Federal Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados; Exmos. Srs. Ministros do Superior Tribunal de Justiça, estendendo os cumprimentos aqui aos demais integrantes da magistratura brasileira que comparecem a este evento; Exmos. Srs. Senador Eunício Oliveira e Deputado Federal Sandro Mabel, proponentes desta sessão solene em homenagem aos 25 anos de instalação do Superior Tribunal de Justiça, na pessoa de quem cumprimento os Parlamentares e demais convidados que nos prestigiam com suas presenças; servidoras e servidores do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho de Justiça Federal; senhoras e senhores, é para mim uma grande honra participar, como Presidente do Superior Tribunal de Justiça, desta sessão solene, mediante a qual o Congresso Nacional comemora os 25 anos de instalação da mais nova Corte superior do País.

Início, portanto, estas breves palavras agradecendo ao Senador Renan Calheiros e ao Deputado Henrique Eduardo Alves, bem como aos demais Senadores e Deputados, a distinção conferida. E, numa visão mais ampla, agradeço ao Poder Legislativo a parceria consciente e séria nesse quarto de século – uma parceria evidenciada na aprovação das propostas legislativas enviadas ano a ano, todas voltadas para a consolidação institucional e para a efetivação da cidadania.

Concebido pela Constituição Federal como o tribunal potencializador da cidadania, como é notório, recebeu o Superior Tribunal de Justiça a relevante missão de uniformizar, em última instância, a aplicação da legislação federal infraconstitucional em todo o território nacional. Ou seja, a ele aportam todas as causas provenientes da Justiça comum: de norte a sul e de leste a oeste.

Tanto quanto a Carta Magna, a Corte máxima infraconstitucional deu seus primeiros passos num país que vivia os albores da redemocratização. O contexto era desafiador, contudo o compromisso com a missão constitucional e o trabalho pertinaz dos Ministros, servidores e colaboradores permitiram-lhe enfrentar os percalços e trilhar caminhos de vitória. Tudo com foco na construção de um Brasil mais democrático, mais justo e mais humanizado, onde a justiça, célere, transparente e eficaz, seja um bem ao alcance de todos, principalmente dos que integram a base da pirâmide social.

Reconheço, todavia, que não só ao desempenho do Tribunal podem ser creditados esses 25 anos de história bem-sucedida; creditam-se também à convivência harmônica com os Poderes da República, à parceria permanente com as instituições públicas e com as autoridades constituídas e, sobretudo, ao voto de confiança dos cidadãos brasileiros. Com a reabertura dos portais da democracia, acorreram ao “Tribunal da Cidadania” em busca de justiça. A prova disso são os quase 4 milhões de processos julgados desde sua instalação.

Por fim, relembro as célebres palavras do saudoso Presidente da Assembleia Nacional Constituinte quando da promulgação da Lei Maior de 1988: *“A Nação quer mudar. A Nação deve mudar. A Nação vai mudar.”* E eu, com todo respeito, acrescento: a Nação mudou, e mudou para melhor!

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal; Exmo. Sr. Deputado Federal Henrique Eduardo Alves; prezado Senador Eunício Oliveira; prezado Deputado Federal Sandro Mabel; prezado Senador Jorge Viana; Exmo. Sr. Felix Fischer, Presidente do Superior Tribunal de Justiça; Exmo. Sr. Gilson Dipp, Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça; Exmos. Ministros Benedito Gonçalves, Herman Benjamin, Humberto Martins, Néfi Cordeiro, Raul Araújo, Sérgio Kukina, Sidnei Beneti; prezada Sra. Marilza Maynardi, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, convocada para o Superior Tribunal de Justiça; Ministros Vicente Leal de Araújo e Washington Bolívar de Brito; Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, Sr. José Carlos Malta Marques; Sr. Nino Oliveira Toldo, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil; Exmo. Sr. Paulo Luiz Schmidt, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; prezados servidores do Superior Tribunal de Justiça; prezados concursados aprovados pelo Superior Tribunal de Justiça; *“que Deus me ilumine e permita que eu possa contribuir para manter esta Casa, sejam quais forem as circunstâncias, como abrigo para quantos lhe batam à porta à procura de justiça e pedindo lhes sejam assegurados os direitos impostergáveis dos cidadãos”*. Com essas palavras o Ministro Armando Rollemberg, meu pai, encerrou seu discurso de posse como Presidente do Tribunal Federal de Recursos, em 1971.

Eis por que a minha relação com o STJ começou ainda na infância, dentro de minha própria casa, o que faz desta sessão comemorativa um momento especial para mim, misto de orgulho e de saudade. Em 1963, quando eu tinha apenas 4 anos de idade, meu pai, Armando Rollemberg, foi nomeado pelo Presidente João Goulart para o cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos, instituição da qual descende o Superior Tribunal de Justiça.

Desde os primeiros passos de sua formação, em Sergipe, a terra natal, até se transferir para Brasília com toda a família, para assumir uma cadeira na Câmara dos Deputados, meu pai, que já era Parlamentar, foi exemplo de crença na cidadania, na Justiça e na democracia.

São muitos os momentos em que ele pôde reafirmar os valores nos quais, em sua opinião, também deveria ser pautada a Justiça. Foi assim, por exemplo, em um episódio de 1964, ocorrido logo após o Golpe Civil Militar. Diante da proposta de que o Tribunal desse um voto de louvor ao novo Governo, meu pai se manifestou abertamente pela democracia, rejeitando a ideia daquela homenagem.

E ele estava certo. Pouco tempo depois daquela sessão, o regime cassou os direitos políticos do Ministro Aguiar Dias. O Tribunal viveu momentos de incerteza e de tensão, com tentativas constantes de calar a voz dos Magistrados. Meu pai nos contava que ele mesmo esteve à beira da cassação. Foi preservado pelo então Ministro da Justiça, Milton Campos, que, ao deparar com o nome de Rollemberg em uma lista de Ministros rejeitados pelo regime, disse: *“Este eu não casso. Eu o conheço muito bem. É um homem de integridade inabalável”*.

A convicção de Milton Campos surgiu quando ele conviveu com meu pai, que estudou Direito em Belo Horizonte e militou no movimento estudantil. Infelizmente, outros Ministros e outros personagens tão íntegros quanto meu pai não tiveram a mesma chance de se relacionar com Milton Campos e foram cassados injustamente. Esse desconforto levou o Ministro Milton Campos, um homem moderado, a se demeter porque discordava do Ato Institucional nº 2.

Em abril de 1989, quando foi instalado o Superior Tribunal de Justiça, Armando Rollemberg era o decano da Corte. Em função disso, presidiu a sessão inaugural do Superior Tribunal de Justiça e foi eleito o Presidente da Primeira Turma. Permaneceu no Tribunal até dezembro de 1990, quando se aposentou. Tive a honra de falar em nome da família em uma homenagem prestada no Superior Tribunal de Justiça ao meu pai, poucos dias depois.

É com a presença viva dessas memórias que presto aqui minha homenagem ao Superior Tribunal de Justiça por estes 25 anos de existência. Ao participar desta celebração, reconhecemos que a Constituição de 1988 teve como seu mérito principal o fortalecimento da cidadania. Ao propor a criação do STJ, a partir da mobilização dos magistrados, os Constituintes garantiram aos brasileiros o direito de ver atendidas adequadamente as suas demandas judiciais. Porque esta foi a consequência daquela decisão histórica: desafogar os Tribunais Superiores, que perdiam a capacidade de dar resposta adequada à população pelo acúmulo de processos.

O Superior Tribunal de Justiça tem exercido de forma exemplar sua tarefa de uniformizar a jurisprudência infraconstitucional. Quando decide a solução adequada para as controvérsias, no âmbito das justiças federal e estadual, o STJ contribui para a harmonia do sistema, proporcionando aos cidadãos o acesso à Justiça.

Não são poucas as decisões do Superior Tribunal de Justiça que têm repercussão significativa na vida dos brasileiros. Poderia citar duas súmulas que regularam as relações de consumo no País, garantindo proteção à parte mais fragilizada: o consumidor. Refiro-me às Súmulas 297 e 469, que estabeleceram ser o Código de Defesa do Consumidor aplicável às instituições financeiras e aos contratos dos planos de saúde.

Também foi do STJ a decisão de impedir a penhora de um único imóvel residencial do devedor que esteja alugado e cuja renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou moradia de sua família. Poderia citar, ainda, a súmula que desobriga o mutuário do Sistema Financeiro da Habitação de contratar seguro com a companhia indicada pela instituição financeira. E poderia aqui me alongar e citar várias outras súmulas.

Vejam, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Parlamentares, que todos esses exemplos remetem a decisões de impacto real no cotidiano das pessoas, de alto valor social. Assim tem sido marcada a história do Superior Tribunal de Justiça, o “Tribunal da Cidadania”. Meu desejo sincero é que o STJ continue a ser relevante para o brasileiro comum, aquele que vê na Justiça o refúgio contra a negação do Direito. Essa é a perspectiva que me foi ensinada pelo Ministro Armando Rollemberg.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós registramos com muita satisfação a honrosa presença do Desembargador do Estado do Paraná Octavio Campos Fischer, que representa, nesta oportunidade, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. É uma honra muito grande tê-lo aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros; Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Henrique Eduardo Alves; primeiro signatário da sessão pelo Senado Federal, Senador Eunício Oliveira; signatário da sessão pela Câmara dos Deputados, Deputado Federal Sandro Mabel; Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Exmo. Sr. Felix Fischer; Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Exmo. Sr. Gilson Dipp; em nome dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, eu aqui coloco os nomes dos paranaenses Sérgio Kukina e Néfi Cordeiro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, democracia e justiça são alicerces absolutamente indispensáveis para a sobrevivência da estrutura social na qual se consolida o Estado de Direito. A democracia garante que a justiça seja feita; esta, por sua vez, é a certeza de que a democracia se institucionaliza em qualquer Nação.

Por tal motivo, não é por simples acaso que o Superior Tribunal de Justiça tenha surgido exatamente em momentos de refazimento democrático em nosso País. Desde a sua criação, o Tribunal da Cidadania acompanhou de perto a transição de um sistema político arbitrário para uma democracia plena.

Sucessor do denominado “Tribunal Federal de Recursos”, cuja estrutura foi estatuída pela Constituição de 1946, a primeira e real experiência democrática da República brasileira foi uma experiência de pequena duração, mas que permitiu ao povo deste País compreender o quanto é preciso lutar por aqueles direitos que somente a democracia e a justiça podem garantir.

Nesse sentido, a importância do STJ reside no fato de que nossa sociedade necessita de um instrumento de ação que dê ao Estado forças suficientes para enfrentar as tarefas de servir à cidadania. Assim, foi conferida ao Tribunal a essencial tarefa de coibir os abusos e ilegalidades eventualmente cometidos por órgãos estatais, notadamente quando estes e um indivíduo conflitam entre si na obtenção de direitos garantidos pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Explicam-se aqueles abusos. Primeiro, porque a democracia é experiência nova num país independente desde 1822. O estado monárquico, a república consentida, a ditadura Vargas e os 21 anos de regime militar deformaram a ação estatal, sem fazer com que nossos governantes compreendessem que o poder emana do povo. E, quando isso ocorre – e, infelizmente ainda ocorre nos dias de hoje –, o STJ corrige os rumos anteriormente tomados, recompõe caminhos, restabelece direitos que foram lesados.

Além disso, em decorrência de suas atribuições constitucionais, cabe àquela Alta Corte de Justiça a missão de uniformizar a interpretação da legislação federal infraconstitucional, evitando que mais de um Tribunal Estadual ou Regional interprete a mesma lei de formas diferentes. Trata-se de um trabalho de singular importância, sendo dele dependente a segurança jurídica e a própria credibilidade da Justiça brasileira.

Não poderia deixar de reverenciar também a atuação do Ministro Felix Fischer à frente da Presidência do Tribunal. Alemão de nascimento e paranaense de coração, ele chegou ao STJ em 1996, depois de 23 anos atuando como Procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná. Consciente da sua responsabilidade, ele tem desempenhado, com extrema coragem e competência, o trabalho de dirigir tão importante órgão da Justiça brasileira. Ressalvo aqui também a presença do saudoso Ministro Milton Luiz Pereira.

Portanto, o instante se faz honroso para nós quando podemos vir a esta tribuna para, em nome da bancada do Partido Popular Socialista na Câmara dos Deputados, saudar os 25 anos da Instituição. Salve o STJ, o Tribunal da Cidadania, pilar da Justiça e da democracia brasileira!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra à Sra. Senadora Ana Amélia. Com a palavra V.Exa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Renan Calheiros, em nome de quem eu queria saudar todos os colegas Senadores e os amigos Deputados Federais, especialmente o nosso Presidente, Henrique Eduardo Alves, nesta ocasião celebramos os 25 anos, o primeiro quarto de século da Justiça Federal em nosso País. E, na pessoa do Presidente do STJ, Ministro Felix Fischer, eu queria saudar todos os magistrados presentes nesta cerimônia tão importante.

Para resumir os 25 anos – e aqui falo em nome, com muita honra, do Partido Progressista e do nosso Líder, Francisco Dornelles – do Superior Tribunal de Justiça, vou usar duas frases do Ministro Felix Fischer proferidas ontem, em cerimônia que reuniu, aqui em Brasília, autoridades do Judiciário, o nosso Presidente Renan Calheiros, o Presidente da Câmara, Deputado Henrique Eduardo Alves, o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot: *“Defesa da democracia e fortalecimento da cidadania”*!

Essas importantes atribuições democráticas, essenciais ao Legislativo e ao Executivo, aproximam, obrigatoriamente, a atuação do Judiciário da dos demais Poderes, e isso fortalece o regime democrático. Só no ano passado, o STJ, composto por 33 Ministros – e Ministras –, julgou mais de 354 mil processos. Desde 1989, mais 4,5 milhões de processos já foram julgados. São decisões importantes, relevantes, que afetam a vida de toda cidadã e todo cidadão brasileiros!

É um trabalho colaborativo, independente e convergente, que tem participação importante do meu Estado, o Rio Grande do Sul, muito conhecido pelo seu empenho e pela sua natureza em relação à dedicação à legalidade, à justiça e ao equilíbrio. Dos 61 Ministros aposentados e ex-Ministros do STJ, três são gaúchos: Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite, Athos Gusmão Carneiro e Ruy Rosado de Aguiar Júnior.

Entre os gaúchos que ainda atuam no STJ, outros quatro – Ari Pargendler; Fátima Nancy Andriighi, minha conterrânea, da minha cidade Lagoa Vermelha, com muita honra também representando as mulheres no Poder Judiciário, na questão de gênero; o meu querido Ministro Gilson Dipp e Paulo de Tarso Vieira Sanseverino – têm ampliado a atuação em favor da análise de matérias infraconstitucionais, não especializadas, que se referem à aplicação de lei federal ou de divergência de interpretação, como importantes questões previdenciárias, que afetam a vida de muitos aposentados.

Agora mesmo estamos para celebrar 8 anos de uma demanda que trata do Fundo AERUS e que teve também participação da Justiça Federal. Nós queremos que o Poder Executivo cumpra uma determinação do Supremo Tribunal Federal em reconhecer o direito desses aposentados do Fundo AERUS.

Essa parceria a que me refiro, de mais de duas décadas, envolve toda a magistratura, servidores e colaboradores do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Esse diálogo contínuo tem permitido, por exemplo, ações para a criação de varas federais. Aliás, isso interessa muito ao meu Estado. Já tramita na Câmara dos Deputados o projeto de lei de autoria do STJ, o PL nº 6.232, de 2013, para instalação da Vara Federal em Ijuí, importante cidade no noroeste do meu Estado, Município gaúcho localizado a 390 quilômetros de Porto Alegre. É um pedido da 23ª subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, especialmente de Ijuí.

O Deputado Federal Darcísio Perondi, do PMDB, que tem domicílio eleitoral naquela comunidade, está acompanhando de perto esse projeto para permitir a aprovação na Câmara. Se for acatado pelos Deputados, o projeto vem ao Senado para avaliação da Comissão de Constituição e Justiça. Pedi também ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara que faça a inclusão na pauta para que seja votado rapidamente.

Vale lembrar que a criação da Vara da Justiça Federal é de extrema importância para toda a região noroeste do meu Estado. É nessa região que está concentrada a maior parte dos processos, exigindo, por isso, medidas para descentralizar o Judiciário e permitir o acesso à população. No ano passado, eu e o chefe de meu gabinete, Marco Aurélio Ferreira, que tem raízes fundas com Ijuí, ama aquela cidade, nos reunimos com o Presidente do STJ, Ministro Felix Fischer, para tratar da importância de a Justiça ficar mais próxima dos Municípios, mais próxima do cidadão, mais próxima das pessoas.

Fui muito bem tratada, como sempre acontece com a Justiça Federal na relação com os Parlamentares e o Parlamento. Esse mesmo assunto foi parte de conversas que tive com a então Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, mais uma vez uma mulher combativa e competente, Desembargadora Marga Inge Barth Tessler, e com o Presidente da subseção da OAB de Ijuí, Flávio Roberto Friedrich, e também lideranças daquele Município.

É, portanto, uma demanda que interessa também aos representantes dos Tribunais Regionais do Trabalho, Prefeituras e OAB, que buscam, atualmente, a criação de novas varas da Justiça do Trabalho, não apenas no Rio Grande do Sul, mas em outros Estados do País. Seis Municípios gaúchos – Capão da Canoa, Marau, Nova Prata, São Sebastião do Caí, Tramandaí e Porto Alegre (com duas varas) – também precisam que a Justiça do Trabalho, tanto quanto a Justiça Federal, cheguem a essas localidades. É importante assunto, em análise pelo Conselho Nacional de Justiça, que precisa do envolvimento de todos.

Isso permitirá uma proximidade maior do juiz com os habitantes dos Municípios e contribuirá para que os próximos 25 anos do STJ sejam ainda mais produtivos e justos.

Quero dizer, meu caro Presidente Felix Fischer, caro Presidente Renan Calheiros, caro Presidente Henrique Eduardo Alves, que, na condição de jornalista que era antes de chegar a esta Casa, com muita honra, conduzida pelos votos dos eleitores e eleitoras do meu Estado, eu acompanhei muito o esforço que a Justiça Federal fez na instalação, na implementação e no desenvolvimento do Juizado de Pequenas Causas; e penso no papel que teve a Justiça Federal e o STJ neste processo, em que o Ministro Ruy Rosado foi um atuante modernizador dos procedimentos e aproximou o cidadão.

A maior parte das demandas nesse Juizado de Pequenas Causas trata exatamente da demanda do cidadão com o Estado, na Previdência e na questão trabalhista. Portanto, tudo que pudermos fazer para fortalecer o Poder Judiciário, em especial a Justiça Federal, não tenho dúvidas de que esta Casa, através dos seus Senadores e dos Deputados Federais, no caso da Câmara, estará à disposição para que o cidadão brasileiro continue sendo bem atendido por uma Justiça eficiente, justa, democrática, e que tenha o equilíbrio e a gestão nesse procedimento.

Meus cumprimentos, outros 25, mais 25, mais 25. E muito sucesso!

Parabéns pelos 25 anos! Muito obrigada. *(Palmas.)*

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, PRIMEIRO SUBSIDIÁRIO DO REGIMENTO COMUM.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB-PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, na semana em que completa 25 anos de funcionamento, esta Casa presta justa homenagem ao Superior Tribunal de Justiça, criado pela Constituição Federal de 1988, e por isso intitulado de “Tribunal da Cidadania”.

O STJ hoje representa os ideais mais elevados de democracia e de acesso à justiça em nosso País, ao tornar a eficiente e tempestiva prestação jurisdicional como pedra fundamental de seu papel junto à sociedade brasileira.

Sua criação foi fruto e consequência da vontade soberana do constituinte de 88 em ampliar o acesso à adequada prestação jurisdicional, formatando as suas competências e a sua composição de maneira que refletisse a nova institucionalidade que o País vivia e, ao mesmo tempo, buscava.

Seus 33 ministros, dessa forma, representavam e representam um País mais plural e multiforme, com os olhos voltados para o futuro e consciente da histórica dívida social que ainda detém em relação ao conjunto da população.

Foi palco, ao longo de sua recente e profícua existência, de casos célebres e que chamaram a atenção de todo o País. Em discussões acaloradas no Pleno ou nas Turmas, pontos essenciais do Direito Brasileiro foram discutidos e dissecados à luz da boa teoria jurídica.

Em sua composição, passaram e passam os maiores e melhores quadros jurídicos do País, operadores e doutrinadores que ajudaram a moldar o Direito pátrio e transformá-lo em um dos mais respeitados de todo o mundo.

Aproveito o ensejo para, representado na figura de seu atual Presidente, Ministro Felix Fischer, homenagear todos os Excelentíssimos Ministros que hoje integram o Superior Tribunal de Justiça, representantes máximos da magistratura brasileira e exemplos para todos os estudantes e operadores do Direito de nosso País.

Esta Casa, que é a Casa da elaboração das leis, deve sempre atuar em colaboração e cooperação máxima com as altas Cortes de nosso País, no sentido de dar ao nosso ordenamento plena eficiência e organização.

Afinal, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, não haverá legislação adequada se sua aplicação não puder ser atestada pelos poderes judicantes plenamente constituídos.

O Superior Tribunal de Justiça, que representa a instância máxima do princípio do duplo grau de jurisdição, é o exemplo maior de filiação nacional aos valores mais caros e consagrados internacionalmente do Direito democrático.

Nesse sentido, ao celebrarmos os seus 25 anos de existência, estamos, sobretudo, homenageando a Justiça como valor fundamental de nossa democracia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL.) – Cumprida a nossa finalidade, nós agradecemos a presença de todos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 19 minutos.)

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO (Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à composição de 2014: OFN nº 10/2014

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ²

COMPOSIÇÃO ³

Presidente: Deputado Devanir Ribeiro (PT/SP) ⁵
1º Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) ⁵
2º Vice-Presidente: Deputado Luiz Fernando Machado (PSDB/SP) ⁵
3º Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP) ⁵

Relator do PLDO / 2015:

Relator do PLOA / 2015:

Relator da Receita:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Eunício Oliveira (PMDB/CE)	1. João Alberto Souza (PMDB/MA)
Romero Jucá (PMDB/RR)	2. Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Waldemir Moka (PMDB/MS)	3. Valdir Raupp (PMDB/RO) ⁴
Ana Amélia (PP/RS)	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PSOL)	
Gleisi Hoffmann (PT/PR)	1. João Capiberibe (PSB/AP)
Jorge Viana (PT/AC)	2. Angela Portela (PT/RR)
Zeze Perrella (PDT/MG)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO)	1. Ruben Figueiró (PSDB/MS)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PRB)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)	1. Gim (PTB/DF)
Marcelo Crivella (PRB/RJ)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
SDD ¹	
Vicentinho Alves (SDD/TO)	1. Ataídes Oliveira (PROS/TO)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2014.

4- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.

5- Mesa eleita em 25-3-2014.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Beto Faro (PT/PA)	1. Assis Carvalho (PT/PI)
Devanir Ribeiro (PT/SP)	2. Márcio Macêdo (PT/SE)
Luiz Alberto (PT/BA)	3. Cláudio Puty (PT/PA) ⁹
Pedro Uczai (PT/SC)	4. Reginaldo Lopes (PT/MG)
Waldenor Pereira (PT/BA)	5. Ronaldo Zulke (PT/RS)
PMDB	
Alexandre Santos (PMDB/RJ)	1. Alceu Moreira (PMDB/RS)
Geraldo Resende (PMDB/MS)	2. João Magalhães (PMDB/MG) ⁶
Gastão Vieira (PMDB/MA) ⁸	3. Hermes Parciannelo (PMDB/PR) ¹¹
Sandro Mabel (PMDB/GO) ⁶	4.
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ¹¹	5.
PSDB	
Luiz Fernando Machado (PSDB/SP)	1.
Nilson Leitão (PSDB/MT)	2.
Rodrigo de Castro (PSDB/MG)	3.
PSD	
Eduardo Sciarra (PSD/PR)	1. Eliene Lima (PSD/MT)
Jaime Martins (PSD/MG)	2. Roberto Dörner (PSD/MT)
Urzeni Rocha (PSD/RR) ⁵	3. Moreira Mendes (PSD/RO) ⁵
PP	
Betinho Rosado (PP/RN)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
João Leão (PP/BA) ¹⁰	2. Lázaro Botelho (PP/TO)
Vilson Covatti (PP/RS)	3. Sandes Júnior (PP/GO)
PR	
Luciano Castro (PR/RR)	1. João Carlos Bacelar (PR/BA)
Milton Monti (PR/SP)	2. João Maia (PR/RN)
PSB	
Alexandre Toledo (PSB/AL)	1. Alexandre Roso (PSB/RS)
Sandra Rosado (PSB/RN)	2. Paulo Foletto (PSB/ES)
DEM	
Felipe Maia (DEM/RN)	1.
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	2.
SDD	
Henrique Oliveira (SDD/AM) ⁸	1. Benjamin Maranhão (SDD/PB) ⁸
PTB	
Wilson Filho (PTB/PB)	1. Arnon Bezerra (PTB/CE)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Eurico Júnior (PV/RJ)	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PROS	
Givaldo Carimbão (PROS/AL) ⁷	1. Dr. Jorge Silva (PROS/ES) ⁷
PDT	
Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)	1. Marcos Rogério (PDT/RO)
PCdoB	
Daniel Almeida (PCdoB/BA)	1. João Ananias (PCdoB/CE)
PSC	
Silvio Costa (PSC/PE)	1.

PRB	
Cleber Verde (PRB/MA)	
PSOL ¹	
Ivan Valente (PSOL/SP) ⁴	Chico Alencar (PSOL/RJ) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2013.

4- Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.

5- Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.

6- Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.

7- Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.

8- Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SDD.

9- Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.

10- Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.

11- Designados o Deputado Hermes Parciannelo, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014:

Relator do PLOA / 2014:

Relator da Receita:

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	
II – Saúde	
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	
VII – Justiça e Defesa	
VIII – Poderes do Estado e Representação	
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO****Coordenador:****Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
------------------------	----------------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
------------------------	----------------

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO****Coordenador:****Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
------------------------	----------------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
------------------------	----------------

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO****Coordenador:****Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
------------------------	----------------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
------------------------	----------------

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO****Coordenador:****Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
------------------------	----------------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
------------------------	----------------

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: 15, 20 27 39
Vice-Presidente: 15, 20 27 39
Relator: 16, 20 27 39

Instalação: 27-2-2013 ^{15, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23, 26 e 37}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
Inácio Arruda (PCdoB/CE) ^{22 e 36}	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Valdir Raupp ^{3, 14, 29, 33 e 35}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3, 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Jayme Campos ^{2, 24 e 34}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. ^{6, 10, 28, 30, 31 e 32}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12}
Cidinho Santos (PR/MT) ³⁸	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29}	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

- 18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25- Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
- 30- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 31- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
- 32- - Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
- 33- Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
- 34- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas – DEM.
- 35- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 36- Designado o Senador Inácio Arruda, como membro titular, em vaga existente, em 19-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 19, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 37- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 127 dias, a partir de 13-3-2013, conforme os Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-3-2012.
- 38- Designado o Senador Cidinho Santos, como membro titular, em vaga existente, em 13-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
- 39- Vago (arts. 5º e 6º da Resolução nº 4, de 2008-CN).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Colbet Martins (PMDB/BA) ^{2 e 22}
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 20}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 20}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 21}	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 21}
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Gorete Pereira (PR/CE) ^{2, 18 e 24}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Alfredo Sirkis (PSB/RJ) ^{2, 17 e 23}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13, 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 16}	1. ^{2 16}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

- 13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
- 14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.
- 16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
- 17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
- 18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
- 19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.
- 20- Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.
- 21- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.
- 22- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.
- 23- Designado o Deputado Alfredo Sirkis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.
- 24- Em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, a Deputada Gorete Pereira, em substituição ao Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, conforme o Ofício nº 84, de 2014, da Liderança do PR.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Moraes (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ^{3, 6, 7, 8 e 9}
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

8- Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.

9- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)
(Resolução nº 2, de 2013-CN)**COMPOSIÇÃO****Presidente:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ^{4, 10}**Vice-Presidente:** Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ^{4, 10}

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) ⁶	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES) ¹
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VICENTINHO (PT-SP)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> WILDER MORAIS (DEM-GO) ^{3 e 7}
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MAIORIA</u>	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> WALDEMIR MOKA (PMDB-MS) ⁵
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MINORIA</u> LUIZ CARLOS HAULY (PSDB/PR) ⁹	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u>
<u>DEPUTADO ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> HUGO NAPOLEÃO (PSD/PI) ¹¹	<u>SENADOR ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MOZARILDO CAVALCANTI (PTB/RR) ⁸

Notas:

1- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (Of. nº 001/2013 – CRE).

2- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

3- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

5- Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.

6- Eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em 26.02.2014.

7- Em 12.03.2014, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Wilder Moraes como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

8- Em 17.3.2014, o Senador Mozarildo Cavalcanti é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Senado Federal, conforme Ofício nº 038/2014 - CRE.

9- Em 19.3.2014, o Deputado Luiz Carlos Hauly é indicado pela Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme o Ofício nº 7, de 2014.

10- Em 20-3-2014 o Senador Ricardo Ferraço assume a presidência, e o Deputado Eduardo Barbosa a vice-presidência, nos termos do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, conforme Ofício nº 1, de 2014, do Presidente da CCAI.

11- Em 7-4-2014, o Deputado Hogo Napoleão é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 018/2014 - CREDN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Comissões (SCOM)
 Diretor: Flávio Roberto de Almeida Heringer
 Telefones: (61) 3303-3487 / 3303-4440
 E-mail: scomgab@senado.gov.br
 Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – CMCVM

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Número de membros: 12 Senadores e 31 Deputados ¹**COMPOSIÇÃO****Presidente:****Vice-Presidente:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
Kátia Abreu (PMDB/TO) ⁵	1. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE) ⁵
Ana Amélia (PP/RS) ⁵	2. Sérgio Petecão (PSD/AC) ⁵
Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵	3.
Paulo Davim (PV/RN) ⁵	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL)	
Ana Rita (PT/ES) ⁴	1. Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁴
Angela Portela (PT/RR) ⁴	2. João Capiberibe (PSB/AP) ⁴
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ⁴	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁴
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
	1. Lúcia Vânia ³
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)	
Eduardo Amorim (PSC/SE) ⁶	1. Gim (PTB/DF) ⁶
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ⁶	2.
PROS ²	
	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

3- Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em 25-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 14 de 2014, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

4- Designadas as Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Vanessa Grazziotin, como membros titulares; e os Senadores Cristovam Buarque, João Capiberibe e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, em 26-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 21 de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

5- Designadas as Senadoras Kátia Abreu e Ana Amélia e os Senadores Ricardo Ferraço e Paulo Davim, como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Sérgio Petecão, como membros suplentes, em 12-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

6- Designados como membros titulares, os Senadores Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti e, como membro suplente, o Senador Gim, em 18-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

**COMISSÃO MISTA DE ASSUNTOS RELACIONADOS À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA - CMCPLP**
(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Número de membros: 4 Senadores e 6 Deputados ¹

COMPOSIÇÃO

Presidente:

Vice-Presidente:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
	1.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL)	
	1.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) ²	
	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO

(para efeito de participação brasileira na AP-CPLP - parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2, de 2014-CN)

Presidente: Senador Renan Calheiros

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Vice-Presidente: Deputado André Vargas

Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012**

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) ¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ^{5, 13}
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) ¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD ⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

13- Em 26-3-2014, o Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 26-3-2014, conforme RQS nº 267/2014, deferido na sessão de 26-3-2014.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela (PMDB/GO) ¹	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) ¹
Luiz Pitiman (PSDB/DF) ¹	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto (PP/BA) ¹	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) ¹
DEM	
Augusto Coutinho (SDD/PE) ¹	1. João Bittar (DEM/MG) ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho (SDD/DF) ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹

Prazo Final: 11-5-2013

Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 ²

Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 ³

Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 ⁴

Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014 ⁵

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.

4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.

5- Nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²

Prazo Final: 30-9-2013⁴

Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013⁶

Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014¹³

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes ⁷
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) ⁹
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Moreira Mendes (PSD/RO) ¹⁰
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	Esperidião Amin (PP/SC) ¹²
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Júlio Delgado (PSB/MG) ¹⁴
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Rodrigo Maia (DEM/RJ) ¹⁴
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antonio Britto (PTB/BA) ¹⁴
João Maia (PR/RN) ^{5 e 9}	Geraldo Simões (PT/BA) ¹⁴

Senado Federal

Titulares	Suplentes ⁷
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) ^{7 e 8}
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) ⁷
Walter Pinheiro (PT/BA) ¹²	Ruben Figueiró (PSDB/MS) ¹¹
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) ^{5 e 7}	

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.

6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.

7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.

8 - Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Partido da Social Democrático- PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 – GSKAAB.

9 - Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.

10 - Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 6-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.

11 - Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.

12 - Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.

13 - Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.

14 - Nos termos do Ato Conjunto nº 2, de 11 de março de 2014.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Vicentinho (PT/SP)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Domingos Sávio (PSDB-MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Wilder Moraes (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Vicente Candido (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 25.03.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL(13 titulares e 13 suplentes)¹

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA**²Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA**²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258

ssccn@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>E-mail: sglcn@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS**

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.05.2013

I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES**Coordenador:** Miguel Angelo Cançado.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**Coordenador:** Ronaldo Lemos.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO****Coordenador:** José Catarino do Nascimento.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
19. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**Coordenador:** Alexandre Krueel Jobim.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
16. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

Coordenador: Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima²**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer²**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling²

Designação: 07.05.2013

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
BENEDITA DA SILVA	BOHN GASS
DR. ROSINHA	IARA BERNARDI
FERNANDO MARRONI	MÁRCIO MACÊDO
NEWTON LIMA	TAUMATURGO LIMA
PMDB	
ANDRÉ ZACHAROW	LELO COIMBRA
IRIS DE ARAÚJO	OSMAR SERRAGLIO
MARÇAL FILHO	RONALDO BENEDET
RAUL HENRY	VALDIR COLATTO
PSDB	
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	CARLOS SAMPAIO ^{3, 10}
Vago ¹²	
Vago ⁴	
PSD	
GERALDO THADEU	ÁTILA LINS
HUGO NAPOLEÃO	DR. LUIZ FERNANDO
RAUL LIMA	ELEUSES PAIVA
PP	
DILCEU SPERAFICO	LUIS CARLOS HEINZE
RENATO MOLLING	RENATO ANDRADE
PR	
WELLINGTON FAGUNDES	HENRIQUE OLIVEIRA
PSB	
JOSÉ STÉDILE	BETO ALBUQUERQUE
VAGO ⁶	LEOPOLDO MEYER
DEM	
JÚLIO CAMPOS	
PDT	
VIEIRA DA CUNHA	SEBASTIÃO BALA ROCHA
PTB	
PAES LANDIM	JORGE CORTE REAL
BLOCO PV / PPS	
ROBERTO FREIRE	ANTÔNIO ROBERTO
PSC	
NELSON PADOVANI	TAKAYAMA
PCDOB	
JOÃO ANANIAS	CHICO LOPES
PRB	
GEORGE HILTON	VITOR PAULO
PTDOB	
LUIS TIBÉ	

Senadores

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
PEDRO SIMON	CASILDO MALDANER
ROBERTO REQUIÃO	VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	GIM ³
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
EDUARDO SUPLICY	ACIR GURGACZ ⁵
PAULO PAIM	INÁCIO ARRUDA
ANTONIO CARLOS VALADARES ⁹	HUMBERTO COSTA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
PAULO BAUER	CÁSSIO CUNHA LIMA
WILDER MORAIS	JAYME CAMPOS ⁷
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
MOZARILDO CAVALCANTI ¹¹	FERNANDO COLLOR
LUIZ HENRIQUE ⁹	EDUARDO AMORIM

(Atualizada em 20.12.2013)

- 1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.
- 2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.
- 3- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
- 4- Vago em virtude de o Deputado Luiz Carlos Hauly ter comunicado seu desligamento, conforme Of. GAB nº 018/2013.
- 5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
- 6- A Dep. Luiza Erundina renunciou ao mandato de membro titular da vaga ocupada pelo PSB, conforme Of. B/156/13, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
- 7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 8- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. N° 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios nºs 167/2013- BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, em substituição ao Deputado Urzeni Rocha, nos termos do Of. nº 948/2013/PSDB, datado de 24.09.2013.
- 11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 19.02.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, de acordo com anuência expressa de S. Exª apostada no Ofício nº 002/2014-BLUFOR.
- 12- Vago em virtude do recebimento do Ofício nº 227, de 2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado Federal de 26.02.2014, comunicando a declaração de renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Eduardo Azeredo.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
 Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
 e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: Deputado Ruben Martinez Huelmo (Uruguai)
Vice-Presidente: Senadora Beatriz Rojkes de Alperovich (Argentina)
Vice-Presidente: Senador Roberto Requião (Brasil)
Vice-Presidente: Senador Tomás Enrique Bittar Navaro (Paraguai)

Designação: 02.12.2013

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
 Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
 e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 42 páginas
(O.S. 11487/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

